

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 539.570 - GO (2019/0308449-5)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : JEFFERSON SILVA BORGES E OUTROS
ADVOGADOS : MIRELLE GONSALEZ MACIEL - GO025323
JEFFERSON SILVA BORGES - GO035143
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : LUIZ FELLIPE RESENDE CRUZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **LUIZ FELLIPE RESENDE CRUZ**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Consta nos autos que o paciente teve sua prisão preventiva decretada em 10/09/2019, pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, *caput*, c/c art. 18, I c/c art. 29 todos do Código Penal (vítima Elísio), art. 121, *caput*, c/c art. 14, II c/c art. 18, I c/c art. 29 (vítima Bruno), todos do Código Penal e art. 306, *caput*, do Código de Trânsito Brasileiro c/c o art. 69 do Código Penal.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem que, por maioria, denegou a ordem (e-STJ, fls. 122/129).

Neste *writ*, os impetrantes alegam, em síntese, inidoneidade da fundamentação do decreto preventivo, que não dispôs acerca da possibilidade de aplicação das medidas cautelares alternativas na hipótese.

Aduz, ainda, ausência dos requisitos autorizadores da custódia preventiva e destaca as condições pessoais favoráveis do paciente: "a) primário; b) residência fixa; c) estudante do curso de odontologia (ocupação lícita); d) prestou socorro às vítimas; e) permaneceu no local; f) não havia estado de embriaguez, conforme laudo do médico perito de fls. 45/46." (e-STJ, fl. 12).

Pondera que o paciente não se evadiu do distrito da culpa, na medida em que se encontrava na casa de sua mãe em Pontalina/GO, e que, no dia do acidente, "o Paciente permaneceu no local, sendo levado até a Delegacia de Polícia, ocasião em que foi lavrado um TCO e feita sua liberação, não havendo qualquer documentação que o obrigasse a permanecer na Comarca de Rio Verde – Goiás." (e-STJ, fl. 15).

Requer a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para que seja concedida a liberdade do paciente, ainda que com a aplicação das medidas cautelares do art. 319 do CPP.

Liminar indeferida (e-STJ, fls. 403-404).

Informações apresentadas (e-STJ, fls. 412-416 e 417-435).

Parecer do Ministério Público Federal opinando pelo "o não conhecimento do *habeas corpus*, e a concessão da ordem, de ofício, para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, com aplicação das medidas cautelares alternativas, previstas no art. 319 do CPP" (e-STJ, fls. 437-442).

Pedido de reconsideração oposto pela defesa (e-STJ, fls. 444-452).

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

No caso, encontram-se presentes as circunstâncias excepcionais que autorizam o deferimento da tutela de urgência reclamada.

Segundo narra a denúncia:

"(...)

1. Consta dos inclusos autos de inquérito policial que, no dia 5 de setembro de 2019, na Avenida Presidente Vargas, nesta cidade de Rio Verde/GO, LUIZ FELLIPE RESENDE CRUZ conduziu o veículo automotor Hyundai/Azera, cor preta, placa NLU-0045 de Rio Verde/GO, com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool, conforme laudo de exame de corpo delito de embriaguez etílica de fls. 44/45, relatório policial de fls. 63/69 e termos de depoimentos de fls. 136/138, 179/183, 173/176, 223/225 e 227/228.

2. No mesmo dia, horário e local supramencionados, EDMAR CAETANO DE BESSA FILHO conduziu o veículo automotor Volkswagen/Gol, placa FUK-3998, cor prata, ano 2017, com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool, conforme relatório policial de fls. 63/69 e termos de depoimentos de fls. 136/138, 179/183, 173/176 e 197/201.

3. No mesmo dia, por volta das 23h00min, no cruzamento entre a Avenida Presidente Vargas com a rua Almiro de Moraes, Setor Central, Rio Verde/GO, LUIZ FELLIPE RESENDE CRUZ em unidade de desígnios e com a participação de EDMAR CAETANO DE BESSA FILHO, nas direções dos veículos supracitados, assumindo o risco de produzirem o resultado morte, mataram ELÍSIO ANTÔNIO SOUSA MARTINS NETO e tentaram matar BRUNO DE ALMEIDA GOMES, só não consumando este último crime devido ao pronto atendimento médico recebido pela vítima, que evitou sua morte, conforme laudo de exame cadavérico de fls. 250/260 e laudo de exame de corpo de delito (lesões corporais) de fls. 241/244.

Segundo consta, LUIZ FELLIPE e EDMAR CAETANO são amigos e no dia 5 de setembro de 2019 reuniram-se com BRUNA FONSECA MUNDIM, GABRIELA PIRES CAMILO FREITAS e THAYRINE FONSECA FURQUIM OLIVEIRA para fazerem um churrasco, na residência do denunciado EDMAR, situada no condomínio Yes Park, nesta cidade de Rio Verde/GO.

Por volta das 18hs, os denunciados, cada um em seu carro, saíram da confraternização e foram ao estabelecimento comercial denominado *K e K Beer Bebidas Geladas", situado na rua Rozulino Campos, n. 282, Conjunto Morada do Sol, Rio Verde/GO, no intuito de comprarem bebidas alcoólicas, chegando neste local por volta das 18h23min, conforme relatório e imagens de fls. 63/66.

Após adquirirem 2 (duas) caixas de cerveja, voltaram para o local da

Superior Tribunal de Justiça

festa e lá permaneceram ingerindo bebida alcoólica, na companhia de BRUNA. GABRIELA e THAYRINE a* por volta das 22h50min, ocasião em que os denunciados saíram novamente em seus carros. LUIZ FELLIPE saiu em seu veículo automotor Hyunda/Azera. cor preta, placa NLU-0045 de Rio Verde/GO. tendo como passageiros BRUNA no banco dianteiro e GABRIELA no banco traseiro. enquanto EDMAR saiu em seu veículo automotor Volkswagen/Gol. placa FUK-3998. cor prata, ano 2017. e THAYRINE a passageira Na avenida principal desta cidade, qual seja. Avenida Presidente Vargas, os autores iniciaram uma corrida automobilística entre eles. empreendendo ambos alta velocidade em seus veículos (mais de 90 km/h), ultrapassando outros carros e realizando movimentos bruscos de troca de faixa, um instigando o outro a acelerar cada vez mais a fim de vencer a disputa.

Ressalta-se que BRUNA, enquanto passageira de LUIZ FELLIPE, chegou a pedir para o referido autor que diminuísse a velocidade, pois estava com medo, todavia, ele nem sequer lhe respondeu

Ao se aproximarem do cruzamento da Avenida Presidente Vargas com a rua Almiro de Moraes. Setor Central, nesta Cidade, LUIZ FELLIPE, que estava à frente da disputa, mesmo visualizando que o sinal do semáforo estava vermelho, com velocidade muito acima da permitida (aproximadamente 76 Km/h., ciente de que poderia atingir outro veículo que pelo cruzamento pudesse passar naquele momento, optou por avançar-lo, ocasião em que colidiu com a motocicleta Honda/Biz ES 125, cor vermelha, placa NVR-7874 de Rio Verde/GO, que tinha como condutor a vítima BRUNO DE ALMEIDA GOMES e como passageiro (garupa, ELÍSIO ANTÔNIO SOUSA MARTINS NETO. os quais aguardaram devidamente a abertura do semáforo no sentido em que trafegavam, seguindo todas as normas de trânsito. porém, foram criminosamente atingidos pelo veículo de LUIZ FELLIPE. quando atravessavam normalmente o cruzamento.

Em razão da colisão, as vítimas foram abruptamente arremessadas há aproximadamente 15,78m da zona de impacto

Ressalta-se que LUIZ FELLIPE freou o veículo, mas ainda trafegou por aproximadamente 18,4 m até conseguir pará-lo. devido à alta velocidade que imprimia.

o denunciado EDMAR. que vinha atrás da disputa, também avançou o sinal vermelho, em alta velocidade, passando com seu veículo imediatamente em seguida, porém, não chegou a colidir com as vítimas.

O socorro médico e a polícia foram acionados e compareceram ao local, porém, não conseguiram salvar a vida de ELÍSIO ANTÔNIO SOUSA MARTINS NETO, que veio a óbito (laudo de exame cadavérico de fl. 2S0/260) em virtude da gravidade das lesões sofridas na colisão A vítima BRUNO DE ALMEIDA GOMES, apesar da gravidade das lesões, sobreviveu após passar por cirurgias e ficar internado na UTI do HURSO - Hospital de Urgência de Santa Helena de Goiás.

Durante a abordagem, policiais militares constataram que o autor LUIZ FELLIPE estava com odor etílico e olhos vermelhos, razão pela

Superior Tribunal de Justiça

qual o convidaram arealizar o exame de bafômetro, tendo ele se recusado.

Registra-se que foi realizado o laudo de exame de corpo delito de embriaguez etílica mais de 8 horas depois, restando confirmado que o referido denunciado havia feito uso de álcool ou substâncias de efeitos análogos.

Não fosse o suficiente. LUIZ FELLIPE estava com a sua CNH vencida desde o dia 30 de julho de 2019.

Cumprе ressaltar que, ao ser interrogado na Delegacia de Polícia, o denunciado EDMAR confessou ter ingerido bebida alcoólica, inclusive detalhando que havia dividido latinhas de cerveja com o autuado LUIZ FELLIPE, além de ter sido flagrado nas imagens do estabelecimento no qual compraram bebida alcoólica, antes do crime (relatório de fls. 63/69).

Face ao exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS oferece a presente denúncia em desfavor de LUIZ FELLIPE RESENDE CRUZ e EDMAR CAETANO DE BESSA FILHO pela prática dos crimes previstos no artigo 121. caput c/c art. 18. I (dolo eventual) c/c art. 29. todos do Código Penal, em relação à vítima ELÍSIO; art.121. caput, c/c com art. 14. II c/c art. 18. I (dolo eventual) c/c art. 29, todos do Código Penal em relação à vítima BRUNO; e artigo 306 da Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), todos combinados com o art. 69 do Código Penal." (e-STJ, fls. 390-395).

motivação: O juiz de primeiro grau decretou a prisão preventiva, sob a seguinte

"(...)

Constatados indícios veementes de autoria, passo ao exame da necessidade da prisão do denunciado para efeito de assegurar a ordem pública, a conveniência da instrução processual ou mesmo a aplicação da lei penal.

De início, assevero ter observado dos autos que, embora exsurja óbvia a gravidade do fato, não foi realizada a prisão em flagrante do investigado, sendo este tão apenas submetido a exame de corpo de delito na Delegacia de Polícia e, em seguida, liberado pela autoridade policial plantonista.

Nesse contexto, destaco que o laudo médico realizado na ocasião em Luiz Felipe Resende Cruz aponta que o representado ingeriu bebida alcoólica e a testemunha Reyglas relatou a alta velocidade desenvolvida pelo autor, todavia as pessoas envolvidas no suposto racha (Luiz Felipe e Edmar Filho), crime grave previsto no Código de Trânsito Brasileiro, sequer foram inquiridas em sede policial.

Por fim, a perícia criminal responsável pelo laudo de acidente de trânsito só compareceu ao local do sinistro no dia seguinte, de forma que não houve preservação da área do acidente.

Em que pese a evidência dessas falhas, o Delegado de Polícia condutor do inquérito policial apresenta novos elementos (imagens e provas testemunhais), bem como informações, que indicam a

necessidade de revisão do status de liberdade do investigado, reforçando a imprescindibilidade da prisão preventiva para resguardar a ordem pública e a aplicação da lei penal

Nesse sentido, é de suma importância o depoimento colhido da testemunha Thayrine Fonseca Furquim Oliveira a qual em 10/09/2019 declarou in littens, que:

(...)

Logo, existem indícios fortes de que o representado não apenas praticou "racha" na avenida mais movimentada da cidade, desrespeitando o sinal vermelho e invadindo pista preferencial em que trafegavam as vítimas, mas ainda estava sob influência de álcool quando conduziu seu veículo, o que majora exponencialmente a reprovabilidade de sua conduta, causadora da morte de uma pessoa e de lesões corporais graves em um segundo ofendido. Tal circunstância é corroborada pelas imagens captadas no estabelecimento comercial "KK BEER BEBIDAS GELADAS", onde o investigado comprou bebidas horas antes do crime.

Não bastasse a gravidade dos fatos, assevero que a prisão provisória do representado Luiz Felipe Resende Cruz deve ser decretada para a preservação da aplicação da lei penal, vez que a autoridade policial afirma que o investigado evadiu-se do distrito da culpa, não mais sendo encontrado no endereço indicado em Rio Verde/GO.

Por derradeiro, o Delegado de Polícia, em complemento ao pedido de prisão, informa que o representado já foi autuado por dirigir sem carteira de habilitação e no momento do sinistro conduzia veículo com a permissão vencida, de onde se extrai que habitualmente afronta das normas de trânsito.

Aqui não se antecipa qualquer aferição de mérito sobre a conduta do representado, mas sim se observa a necessidade excepcional de se apreciar a possibilidade de atuação judicial emergencial (provocada pelo Estado-Administração) para atender às necessidades de investigação preliminar pela existência de ato criminoso reconhecido como grave.

Neste sentido, qualquer medida que não a prisão cautelar do representado poderá tornar-se inócua e causar graves prejuízos para a investigação, não havendo garantia de aplicação da lei penal" (e-STJ, fls. 75-79).

A Corte estadual denegou a ordem de *habeas corpus* pelos seguintes fundamentos:

"(...)

Deste modo, o pressuposto da ordem pública é a hipótese de interpretação mais extensa da análise da prisão preventiva, segundo Guilherme de Souza Nucci, que diz: 'Entende-se pela expressão a necessidade de se manter a ordem na sociedade, que, como regra é abalada pela prática de um delito. Se este for grave, de particular repercussão, com reflexos negativos e traumáticos na vida de muitos, propiciando àqueles que tomam conhecimento da sua realização um forte sentimento de impunidade e de insegurança, cabe ao Judiciário determinar o recolhimento do agente.' (Código de Processo Penal.

11ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.2012. p. 658/659).

Assim, o conceito de ordem pública não se limita a prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas também acautelar o meio social e a própria credibilidade da justiça. sob pena da comunidade afetada visualizar uma situação de anarquia e impunidade de indivíduos que desafiam a ordem constituída.

Por isso, deve o Poder Judiciário demonstrar que está presente para a prevenção e reprovação dessas práticas, cabendo-lhe, juntamente com as autoridades que atuam no setor da segurança pública, zelar pela ordem pública, coibindo atividades criminosas, com a segregação cautelar de indivíduos que oferecem risco para o meio social e que põem em xeque a credibilidade da Justiça.

Além disso, a decisão questionada foi proferida com fundamento além da necessidade de garantia da ordem pública, também para garantia da aplicação da lei penal inclusive analisando os predicados pessoais do paciente, que já foi autuado por dirigir sem carteira de habilitação e no momento do sinistro conduzia veículo com a permissão vencida devendo ser ressaltado a comoção social que o fato causou na cidade de Rio Verde conforme consta do relatório policial e não foi acostado o alegado TCO lavrado em desfavor do paciente, sendo incabível a alegação do impetrante.

Assim, do acima transcrito, depreende-se que o juízo a quo expôs correta e adequadamente as razões de seu convencimento para decretar a constrição da liberdade do paciente, em razão da garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal, não havendo que se falar em decisão genérica ou em ausência dos requisitos do artigo 312 do CPP.

Quanto ao fato do paciente possuir predicados pessoais favoráveis à concessão de sua liberdade, tais como primariedade, residência fixa e ocupação lícita, entendo que esta argumentação não merece guarida pois está consolidado o entendimento de que tais adjetivos, ainda que comprovados, o que não se verifica no presente caso, uma vez que não foram acostados os antecedentes criminais do paciente, não constituem óbice á manutenção da custódia cautelar quando o dirigente processual entendê-la necessária, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, como no caso em tela.

(...)

Outrossim, é bem verdade que o artigo 319 do Código de Processo Penal, redação dada pela Lei 12.403/11, criou a possibilidade de substituição da prisão por outras medidas cautelares menos gravosas. Nos termos do artigo 282. incisos I e II. do CPP, para a aplicação de tais medidas deverá ser observado o binômio necessidade/adequação. Necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais. Adequação da medida a gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado.

No entanto, na espécie em julgamento, vislumbra-se que nenhuma das medidas descritas no artigo 319 do CPP revela-se suficiente e adequada para resguardar efetivamente a ordem pública, haja vista a

Superior Tribunal de Justiça

gravidade dos crimes e das penas em abstrato, nos termos do artigo 312 e 313 do CPP.

Nesta esteira de considerações, e com base nos fundamentos acima alinhavados, não se vislumbra qualquer gravame ou ilegalidade do constrangimento a serem reparados pela via mandamental." (e-STJ, fls. 424-426).

Nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

In casu, observa-se que não foram apontados elementos concretos, aptos a justificar a medida extrema imposta ao paciente, na medida em que o juiz singular considerou a gravidade abstrata do delito e limitou-se em afirmar, de maneira genérica, que a ordem pública deveria ser resguardada.

Anote-se que a jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que a gravidade em abstrato do delito e a comoção social não são fundamentos aptos a autorizar a prisão preventiva:

"*HABEAS CORPUS* - CRIME HEDIONDO - ALEGADA OCORRÊNCIA DE CLAMOR PÚBLICO - TEMOR DE FUGA DO RÉU - DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA - RAZÕES DE NECESSIDADE INOCORRENTES - INADMISSIBILIDADE DA PRIVAÇÃO CAUTELAR DA LIBERDADE - PEDIDO DEFERIDO. A PRISÃO PREVENTIVA CONSTITUI MEDIDA CAUTELAR DE NATUREZA EXCEPCIONAL . - A privação cautelar da liberdade individual reveste-se de caráter excepcional, somente devendo ser decretada em situações de absoluta necessidade. A prisão preventiva, para legitimar-se em face de nosso sistema jurídico, impõe - além da satisfação dos pressupostos a que se refere o art. 312 do CPP (prova da existência material do crime e indício suficiente de autoria) - que se evidenciem, com fundamento em base empírica idônea, razões justificadoras da imprescindibilidade dessa extraordinária medida cautelar de privação da liberdade do indiciado ou do réu. A PRISÃO PREVENTIVA - ENQUANTO MEDIDA DE NATUREZA CAUTELAR - NÃO TEM POR OBJETIVO INFLIGIR PUNIÇÃO ANTECIPADA AO INDICIADO OU AO RÉU . - A prisão preventiva não pode - e não deve - ser utilizada, pelo Poder Público, como instrumento de punição antecipada daquele a quem se imputou a prática do delito, pois, no sistema jurídico brasileiro, fundado em bases democráticas, prevalece o princípio da liberdade, incompatível com punições sem processo e inconciliável com condenações sem defesa prévia. A prisão preventiva - que não deve ser confundida com a prisão penal - não objetiva infligir punição àquele que sofre a sua decretação, mas destina-se, considerada a função cautelar que lhe é inerente, a atuar em benefício da atividade estatal desenvolvida no processo penal. O CLAMOR PÚBLICO, AINDA QUE SE TRATE DE CRIME HEDIONDO, NÃO CONSTITUI FATOR DE

LEGITIMAÇÃO DA PRIVAÇÃO CAUTELAR DA LIBERDADE

. - O estado de comoção social e de eventual indignação popular, motivado pela repercussão da prática da infração penal, não pode justificar, só por si, a decretação da prisão cautelar do suposto autor do comportamento delituoso, sob pena de completa e grave aniquilação do postulado fundamental da liberdade. O clamor público - precisamente por não constituir causa legal de justificação da prisão processual (CPP, art. 312)- não se qualifica como fator de legitimação da privação cautelar da liberdade do indiciado ou do réu, não sendo lícito pretender-se, nessa matéria, por incabível, a aplicação analógica do que se contém no art. 323, V, do CPP, que concerne, exclusivamente, ao tema da fiança criminal. Precedentes . - A acusação penal por crime hediondo não justifica, só por si, a privação cautelar da liberdade do indiciado ou do réu. A PRESERVAÇÃO DA CREDIBILIDADE DAS INSTITUIÇÕES E DA ORDEM PÚBLICA NÃO CONSUBSTANCIA, SÓ POR SI, CIRCUNSTÂNCIA AUTORIZADORA DA PRISÃO CAUTELAR . - Não se reveste de idoneidade jurídica, para efeito de justificação do ato excepcional de privação cautelar da liberdade individual, a alegação de que o réu, por dispor de privilegiada condição econômico-financeira, deveria ser mantido na prisão, em nome da credibilidade das instituições e da preservação da ordem pública.

ABANDONO DO DISTRITO DA CULPA PARA EVITAR SITUAÇÃO DE FLAGRÂNCIA - DESCABIMENTO DA PRISÃO PREVENTIVA . - Não cabe prisão preventiva pelo só fato de o agente - movido pelo impulso natural da liberdade - ausentar-se do distrito da culpa, em ordem a evitar, com esse gesto, a caracterização da situação de flagrância. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO, NO CASO, DA NECESSIDADE CONCRETA DE DECRETAR-SE A PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE . - Sem que se caracterize situação de real necessidade, não se legitima a privação cautelar da liberdade individual do indiciado ou do réu. Ausentes razões de necessidade, revela-se incabível, ante a sua excepcionalidade, a decretação ou a subsistência da prisão preventiva. DISCURSOS DE CARÁTER AUTORITÁRIO NÃO PODEM JAMAIS SUBJUGAR O PRINCÍPIO DA LIBERDADE .

. - A prerrogativa jurídica da liberdade - que possui extração constitucional (CF, art. 5º, LXI e LXV)- não pode ser ofendida por interpretações doutrinárias ou jurisprudenciais, que, fundadas em preocupante discurso de conteúdo autoritário, culminam por consagrar, paradoxalmente, em detrimento de direitos e garantias fundamentais proclamados pela Constituição da República, a ideologia da lei e da ordem. Mesmo que se trate de pessoa acusada da suposta prática de crime hediondo, e até que sobrevenha sentença penal condenatória irrecorrível, não se revela possível - por efeito de insuperável vedação constitucional (CF, art. 5º, LVII)- presumir-lhe a culpabilidade. Ninguém pode ser tratado como culpado, qualquer que seja a natureza do ilícito penal cuja prática lhe tenha sido atribuída, sem que exista, a esse respeito, decisão judicial condenatória transitada em julgado. O princípio constitucional da não-culpabilidade, em nosso sistema

jurídico, consagra uma regra de tratamento que impede o Poder Público de agir e de se comportar, em relação ao suspeito, ao indiciado, ao denunciado ou ao réu, como se estes já houvessem sido condenados definitivamente por sentença do Poder Judiciário" (STF - HC: 80719 SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, SEGUNDA TURMA, Julgado em: 26/06/2001, , Data de Publicação: DJ 28-09-2001).

"PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO. HOMICÍDIO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. A prisão preventiva foi decretada com base em fundamentos genéricos relacionados à gravidade abstrata do crime de tentativa de homicídio, sem apontar nenhum elemento concreto a justificar a segregação provisória, conforme disposto no art. 312 do Código de Processo Penal.

3. *Habeas corpus* não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para revogar a prisão preventiva do paciente, mediante a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, a critério do Juízo de primeiro grau." (HC 357.912/SP, de minha Relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 16/2/2017, DJe 22/2/2017).

"HOMICÍDIO QUALIFICADO (HIPÓTESE). PRISÃO PREVENTIVA (REQUISITOS). GRAVIDADE ABSTRATA DOS FATOS DELITUOSOS, REPETIÇÃO DE ELEMENTOS INERENTES AO TIPO PENAL, REPERCUSSÃO SOCIAL DO CRIME E OUTRAS SUPOSIÇÕES (MERAS CONJECTURAS). ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL (MENÇÃO GENÉRICA DOS PRESSUPOSTOS). DECRETO (AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO). COAÇÃO (ILEGALIDADE). REVOGAÇÃO (CASO). RECURSO EM *HABEAS CORPUS* (PROVIMENTO).

1. No ordenamento jurídico vigente, a liberdade é a regra. A prisão antes do trânsito em julgado, cabível excepcionalmente e apenas quando concretamente comprovada a existência do *periculum libertatis*, deve vir sempre baseada em fundamentação concreta, não em meras conjecturas, tampouco em repetição dos termos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

2. O discurso judicial que se apresenta puramente teórico, carente de real elemento de convicção não justifica a prisão.

3. A gravidade genérica do delito, a repetição de elementos inerentes ao próprio tipo penal e a repercussão social dos fatos, dissociadas de

Superior Tribunal de Justiça

quaisquer elementos concretos e individualizados que indiquem a necessidade da rigorosa providência cautelar, geram constrangimento ilegal.

4. Ainda que não sejam garantidoras do direito à soltura, certo é que as condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, trabalho lícito e domicílio no distrito da culpa, merecem ser valoradas, ratificando a possibilidade de o recorrente responder à ação penal em liberdade.

5. Recurso provido." (RHC 67.556/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 5/4/2016, DJe 13/4/2016).

"RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO SIMPLES. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA COM BASE NA GRAVIDADE ABSTRATA E NA HEDIONDEZ DO DELITO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. RECURSO PROVIDO. ORDEM CONCEDIDA. - Esta Corte Superior tem entendimento pacífico de que a custódia cautelar possui natureza excepcional, somente sendo possível sua imposição ou manutenção quando demonstrado, em decisão devidamente motivada, o preenchimento dos pressupostos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. - Na hipótese dos autos verifico não estarem presentes fundamentos idôneos que justifiquem a prisão processual do paciente, tendo em vista que o Magistrado de primeiro grau justificou a segregação cautelar na gravidade abstrata e na hediondez do delito, tendo utilizado fundamentos genéricos, sem nenhum embasamento nos fatos concretos. - Restando deficiente a fundamentação do Magistrado de piso quanto aos pressupostos que autorizam a segregação antes do trânsito em julgado, deve ser revogada, in casu, a custódia cautelar do paciente. Recurso em habeas corpus provido para revogar a prisão preventiva em discussão, possibilitando ao Magistrado singular a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos do art. 319 do CPP, ressalvada, ainda, a possibilidade de decretação de nova prisão, se demonstrada sua necessidade". (RHC 61.830/SP, Rel. Ministro ERICSON MARANHÃO, SEXTA TURMA, julgado em 3/9/2015, DJe 22/9/2015).

"*HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. RESPEITO AO SISTEMA RECURSAL PREVISTO NA CARTA MAGNA. NÃO CONHECIMENTO. 1. A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, buscando dar efetividade às normas previstas na Constituição Federal e na Lei 8.038/90, passou a não mais admitir o manejo do habeas corpus originário em substituição ao recurso ordinário cabível, entendimento que deve ser adotado por este Superior Tribunal de Justiça, a fim de que seja restabelecida a organicidade da prestação jurisdicional que envolve a tutela do direito de locomoção. 2. O constrangimento apontado na inicial será analisado, a fim de que se verifique a

existência de flagrante ilegalidade que justifique a atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA LESÃO CORPORAL LEVE E PRETENDIDO RECONHECIMENTO DA LEGÍTIMA DEFESA. QUESTÕES A SEREM SOPESADAS PELO TRIBUNAL DO JÚRI. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ESTREITA DO *WRIT*. 1. As teses defensivas consistentes na alegada classificação equivocada do delito, uma vez que defende-se que a conduta do agente cingiu-se à prática de lesões corporais e foi executada em legítima defesa própria, são questões a serem discutidas e sopesadas no momento processual oportuno e pelo órgão judicial competente, qual seja, o Tribunal do Júri, e não na via restrita do habeas corpus. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. CUSTÓDIA ANTECIPADA BASEADA NA GRAVIDADE DOS FATOS CRIMINOSOS, NA HEDIONDEZ DO DELITO, NA REPERCUSSÃO DOS FATOS E EM OUTRAS SUPOSIÇÕES. MERAS CONJECTURAS. MENÇÃO GENÉRICA AOS PRESSUPOSTOS INSERTOS NO ART. 312 DO CPP. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA DA ORDEM CONSTRITIVA. PACIENTE PRIMÁRIO E SEM ANTECEDENTES. COAÇÃO ILEGAL DEMONSTRADA. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. 1. Para que a prisão cautelar, que é medida de exceção, subsista, não basta que se indiquem abstratamente as hipóteses do art. 312 do CPP, devendo-se apontar os fatores concretos que levaram à sua decretação. 2. Há constrangimento ilegal quando a preventiva encontra-se fundada na gravidade genérica dos fatos denunciados, na hediondez do delito, na repercussão social dos fatos e em meras conjecturas acerca da possibilidade de que, solto, o acusado viesse a atrapalhar a instrução criminal, evadir-se do distrito da culpa, ameaçar a vítima e testemunhas ou mesmo voltar a delinquir, dissociada de qualquer elemento concreto e individualizado que indicasse a indispensabilidade da prisão cautelar à luz do art. 312 do CPP. 3. Condições pessoais favoráveis, mesmo não sendo garantidoras de eventual direito à soltura, merecem ser devidamente valoradas, quando não demonstrada a presença de requisitos que justifiquem a medida constritiva excepcional. 4. Habeas corpus não conhecido, concedendo-se, contudo, a ordem de ofício para revogar a custódia preventiva do paciente, mediante o compromisso de comparecimento a todos os atos processuais, sem prejuízo de nova prisão cautelar ser decretada se apresentados elementos concretos para tanto". (HC 262.546/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 25/6/2013, DJe 1º/8/2013).

O magistrado primevo fundamentou, ainda, que a custódia cautelar "deve ser decretada para a preservação da aplicação da lei penal, vez que a autoridade policial afirma que o investigado evadiu-se do distrito da culpa, não mais sendo encontrado no endereço indicado em Rio Verde/GO."

No entanto, observa-se do voto divergente proferido no julgamento do

Superior Tribunal de Justiça

habeas corpus originário, (e-STJ, fl. 429), o seguinte:

"(...)

No caso dos autos, após o fato, encaminhado o paciente até a delegacia lavrou-se TCO e o liberou em seguida Posteriormente, a autoridade policial entendendo que se tratava de homicídio com dolo eventual e não culposo, representou pela prisão preventiva do paciente, sustentando a necessidade de resguardar a ordem pública, diante da gravidade do fato, e aplicação da lei penal, ao argumento do paciente ter se evadido do distrito da culpa, para cidade de Pontalina-GO, local onde reside sua família. Entretanto, quatro dias após o evento a defesa do paciente protocolou petição perante a autoridade policial, pedindo extração de cópias dos autos e informou que o paciente estaria em Pontalina. e a prisão preventiva foi decretada no dia seguinte (10/09/2019) Logo, não há indícios de evasão do distrito da culpa

Por outro lado. embora não se possa afastar a gravidade da conduta imputada ao paciente, nota-se que ele é primário, possui bons antecedentes, endereço fixo, além disso, é estudante e por isso residia na cidade de Rio Verde, somente após o fato deslocou-se para Pontalina, residência de sua genitora (fls. 318/330)."

Por fim, depreende-se da documentação juntada aos autos que o acusado é primário, estudante e possuidor de residência fixa.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*. Contudo, **concedo** a ordem, de ofício, para revogar a prisão preventiva do paciente, mediante a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, a critério do Juízo de Primeiro Grau.

Ressalvo a possibilidade de nova decretação de prisão, caso demonstrada, de forma fundamentada, sua necessidade.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e ao Juízo 1ª Vara Criminal da Comarca de Rio Verde - GO.

Prejudicado, dessa forma, o pedido de reconsideração de fls. 444-452 (e-STJ).

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se ao Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator